

ESTATUTO

DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Aprovado no 11º CONCURTO (2012)
e modificado conforme as deliberações
da 14ª Plenária Nacional da CUT (2014),
“ad referendum” do 12º CONCURTO (outubro de 2015).



Direção Executiva Nacional CUT Brasil

Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vitor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	6
Aplicação das alterações estatutárias aprovadas pela 14ª Plenária e pela Direção Nacional (11 e 12/12/2014)	8
TÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO	11
TÍTULO II - DA FUNDAMENTAÇÃO	12
CAPÍTULO I - Dos Objetivos Fundamentais	12
CAPÍTULO II - Dos Compromissos Fundamentais	13
TÍTULO III - DO QUADRO ASSOCIATIVO	16
CAPÍTULO I - Da Constituição	16
CAPÍTULO II - Dos Direitos e Deveres	17
SEÇÃO I - Dos Direitos	17
SEÇÃO II - Dos Deveres	18
SEÇÃO III - Das Sanções e das Defesas e Recursos	19
TÍTULO IV - DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA	22
CAPÍTULO I - Dos Níveis Organizativos	22
CAPÍTULO II - Organização Vertical das Confederações e das Federações	23
SEÇÃO I - Da Configuração	23
SEÇÃO II - Das Atribuições das Confederações e das Federações	24
SEÇÃO III - Das Instâncias Deliberativas	25
SUBSEÇÃO I - Dos Congressos das Confederações e das Federações Estaduais, Interestaduais e Nacionais	26
SUBSEÇÃO II - Do Conselho Diretivo	32

SUBSEÇÃO III - Das Direções Executivas e suas Atribuições	34
CAPÍTULO III - Organização do Nível Horizontal nos Planos Estaduais e Nacional	40
SEÇÃO I - Da Configuração e Constituição	40
SEÇÃO II - Das Instâncias Deliberativas	42
SUBSEÇÃO I - Dos Congressos Estaduais	42
SUBSEÇÃO II - Das Direções Executivas e suas Atribuições	47
SUBSEÇÃO III - Dos Congressos Nacionais	57
SUBSEÇÃO IV - Da Direção Nacional, a Executiva da Direção Nacional e suas atribuições	59
SUBSEÇÃO V - Das Plenárias	75
CAPÍTULO IV - Das Disposições Comuns às Instâncias Organizativas e Deliberativas	78
SEÇÃO I - Das Eleições	78
SEÇÃO II - Dos Conselhos Fiscais	83
SUBSEÇÃO I - Da Constituição	83
SUBSEÇÃO II - Das Atribuições	83
SEÇÃO III - Da Estabilidade no Emprego dos Dirigentes e Conselheiros	84
SEÇÃO IV - Da Vacância e da Suplência	85
SEÇÃO V - Da Representação	86
TÍTULO V - DO PATRIMÔNIO	87
TÍTULO VI - VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	89

APRESENTAÇÃO

A expressão da vontade, da determinação e da organização da imensa parcela da classe trabalhadora se traduz em dois momentos: nas lutas que desenvolve pela consolidação de uma sociedade justa, democrática e socialista e no conjunto de normas de conduta, de princípios e objetivos que regem sua concepção e prática.

Elaborado, debatido e aprovado durante o 3º CONCURTO, em 1988, o Estatuto da CUT sofreu modificações em função do crescimento da nossa Central, da consolidação do projeto político-organizativo CUTista, mas, principalmente em função do aperfeiçoamento das relações democráticas tanto na sociedade quanto no movimento sindical. Contribuições vieram de todas as regiões do país e de todas as categorias e ramos, em vários momentos: no 4º CONCURTO, em 1991, na 5ª Plenária Nacional, em 1992, na 6ª Plenária, em 1993, no 5º CONCURTO, em 1994 e na 9ª Plenária Nacional, em 1999, na 12ª Plenária Nacional, em 2007, no 10º CONCURTO, em 2009 e na 13ª Plenária em 2011. Nesta publicação do Estatuto da CUT, constam as alterações aprovadas no 11º CONCURTO, realizado em São Paulo, de 9 a 13 de julho de 2012. Dentre as mudanças, além da ampliação da Direção da CUT, a conquista da Paridade de Gênero!

No caminho da atualização do projeto político-organizativo da CUT, foram aprovadas alterações pela 14ª Plenária, realizada em Guarulhos em 2014, ad referendum do 12º CONCURTO como, por exemplo, a ampliação do mandato para 4 anos e a criação de critérios que orientam a renovação das direções estaduais e nacional, fortalecendo a luta da classe trabalhadora. Outras

alterações foram feitas na Reunião da Direção Nacional da CUT de 11 e 12 de dezembro de 2014.

Portanto, neste processo nacionalmente articulado que envolve as Assembleias de Base, os CECUTs e o 12º CONCURT, a Executiva Nacional da CUT apresenta essa edição do Estatuto de nossa Central para ser amplamente debatido à luz da estratégia CUTista e de seu projeto político-organizativo.

O exercício da democracia, a unidade classista dos/as trabalhadores/as, o respeito às decisões soberanas dos fóruns dos/as trabalhadores/as e dos estatutos democraticamente constituídos pelas entidades são absolutamente necessários para o avanço da organização da classe trabalhadora e da sua luta histórica de combate à exploração.

Assim, em nome da unidade das trabalhadoras e dos trabalhadores da cidade e do campo, dos setores público e privado, para defender as necessárias transformações na sociedade brasileira e para o enfrentamento de todos os desafios que nos apresentam, devemos observar o conjunto de regras e regulamentos expostos nas páginas que se seguem.

Somos Fortes, Somos CUT!

Brasil, 12 de dezembro de 2014
Executiva Nacional da CUT

APLICAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS APROVADAS PELA 14ª PLENÁRIA E PELA DIREÇÃO NACIONAL (11 E 12/12/2014)

O 11º CONCUT delegou à 14ª Plenária discutir as alterações estatutárias que devem ter aprovação legal pelo 12º CONCUT, a ser realizado de 13 a 16 de outubro de 2015. Portanto, a 14ª Plenária Nacional da CUT, ad referendum do 12º CONCUT, aprovou as seguintes alterações que são aplicáveis no cotidiano da CUT e, de modo especial, para as Assembleias de Base, os Congressos Estaduais e o 12º CONCUT:

- **Critérios cadastrais e financeiros:** a entidade de base do/a delegado/a deve estar atualizada cadastral e financeiramente e quite, pelo menos até 13 de abril de 2015, 6 (seis) meses antes do início do CONCUT e permanecer quite e com atualizações inalteradas pelo menos 6 (seis) meses após o 12º CONCUT. E, quando possuir o registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), indique a CUT e suas instâncias orgânicas como suas representantes junto ao CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais) do MTE. (art. 46, § 4º)

- **Mandato de 4 (quatro) anos**, para a Executiva da Nacional e Estaduais da CUT (art. 48), com o Congresso Nacional a cada 4 (quatro) anos (art. 45).

- **Renovação das Direções Estaduais e Nacional**, com dois novos dispositivos: limite máximo de exercício de 2 (dois) mandatos de cada dirigente na mesma Secretaria, nas instâncias horizontais (art. 48, § 7º) e idade máxima de 35 anos na data

de eleição para os cargos de Secretários/as de Juventude, nas instâncias horizontais e verticais. (art. 57, inc. VII)

- Atualização da forma de distribuição das contribuições estatutárias pela CUT Nacional: I - 4,0% para as Estaduais da CUT; II - 3,8% para as Confederações e Federações Nacionais e Entidades e nacionais filiadas; III - 2,2% para a CUT Nacional. Parágrafo único: O repasse de recursos às Regionais é de responsabilidade das Estaduais da CUT (art. 72).

A 14ª Plenária remeteu para a Direção Nacional o debate e deliberação sobre alterações estatutárias. Em Reunião da Direção Nacional de 11 e 12 de dezembro de 2014, foram aprovadas as seguintes emendas ao Estatuto:

- Plenária como instância deliberativa das Confederações e das Federações estaduais, interestaduais e nacionais. (art. 20)

- Direção Estadual e não apenas a Executiva como delegados/as natos/as aos Congressos Estaduais. (art. 39)

- Composição dos conselhos fiscais de cada instância da CUT por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes. (art. 60)

A conquista da Paridade e a aplicação de cotas de gênero: aprovada desde o 11º CONCUR, a paridade de gênero se aplica a todas as direções estaduais e a direção nacional da CUT, que devem ter obrigatoriamente 50% de homens e 50% de mulheres, tanto nas chapas quanto no decorrer do mandato (arts. 57, inc. VI e 58, inc. V, alínea f). A **cota de gênero** se aplica às direções verticais (entidades de base, federações, confederações) que devem ter, obrigatoriamente, no mínimo,

30% de um dos sexos (art. 58, inc. V, alínea g). No caso das categorias profissionais em que comprovadamente um dos gêneros não superar o patamar dos 20% (vinte por cento) dos trabalhadores e trabalhadoras na base, torna-se obrigatório o cumprimento de, no mínimo, o mesmo percentual existente no âmbito da categoria, cabendo ao Sindicato comprovar este percentual junto à Direção da CUT e à Coordenação das Plenárias e Congressos das instâncias verticais e horizontais da CUT.

Aplicação das mudanças estatutárias para as Estruturas Verticais. No caso das Entidades Orgânicas (Confederações e Federações), Nacionais e Estaduais, seus Congressos e Plenárias ocorrem, ordinariamente, após o Congresso Nacional da CUT (CONCUT), conforme disposto nos arts. 22 e 23. Após o 12º CONCUT, portanto, as Entidades Orgânicas Nacionais e Estaduais deverão adequar seus estatutos sociais, respeitando essas alterações e outras que possam ser aprovadas, conforme disposto no art. 18, § 3º.

Nesta publicação, as alterações estão destacadas por meio de molduras, para facilitar a localização para o debate político.

Deste modo, a Central Única dos Trabalhadores contribui para o avanço da democracia em todas as suas instâncias, atualizando constantemente seu projeto político-organizativo e fortalecendo a luta da classe trabalhadora no Brasil e no mundo.

ESTATUTO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

***Aprovado no 11º CONCURTO (2012)
e modificado conforme as deliberações
da 14ª Plenária Nacional da CUT (2014)
“ad referendum” do 12º CONCURTO
(outubro de 2015).***

TÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º A Central Única dos Trabalhadores, fundada no I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - Conclat, realizado em São Bernardo do Campo, SP, no dia 28 de agosto de 1983, é uma associação civil composta por organizações sindicais de trabalhadoras e de trabalhadores, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Caetano Pinto, nº 575, Brás, com as seguintes características:

I - é uma entidade de grau máximo de representação sindical que se propõe a promover a organização e níveis de representação das trabalhadoras e dos trabalhadores, em âmbito nacional, segundo princípios e instâncias definidos por este Estatuto;

II - as instâncias organizativas da CUT figurarão, para fins administrativos e legais, com o caráter de filiais;

III - para fins administrativos e legais, a CUT adotará sistema contábil descentralizado, constituindo, para o conjunto de suas instâncias organizativas, uma única pessoa jurídica;

IV - a denominação Central Única dos Trabalhadores e/ou CUT, acompanhada de qualquer designação, é privativa dos organismos constituídos nas formas deste Estatuto;

V - o número de entidades sindicais que poderão filiar-se à CUT é ilimitado e é indeterminado seu tempo de duração;

VI - a CUT não tem finalidade lucrativa, inexistindo, portanto, distribuição de lucros ou dividendos aos/às filiados/as e participantes; e

VII - a CUT tem personalidade jurídica própria, distinta de seus/suas filiados/as, que não respondem solidária ou subsidiariamente pelos atos praticados pela entidade.

TÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO

Capítulo I

DOS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massas em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.

Art. 3º A CUT tem como objetivo fundamental organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos/as e inativos/as, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos.

Capítulo II

DOS COMPROMISSOS FUNDAMENTAIS

Art. 4º Para cumprir seus objetivos, a Central Única dos Trabalhadores se rege pelos seguintes princípios e compromissos fundamentais:

I - princípios:

a) defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as;

b) de acordo com sua condição de central sindical unitária e classista, garantirá o exercício da mais ampla democracia em todos os seus organismos e instâncias, assegurando completa liberdade de expressão às suas entidades filiadas, desde que não firam as decisões majoritárias e soberanas tomadas pelas instâncias superiores e seja garantida a plena unidade de ação;

c) desenvolve sua atuação e organização de forma independente do Estado, do governo e do patronato, e de forma autônoma em relação aos partidos e agrupamentos políticos, aos credos

e às instituições religiosas e a quaisquer organismos de caráter programático ou institucional;

d) considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combata qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional; e

e) solidariza-se com todos os movimentos da classe trabalhadora, em qualquer parte do mundo, desde que os objetivos e os princípios desses movimentos não firam os princípios estabelecidos neste Estatuto. A CUT defenderá a unidade de ação e manterá relações com o movimento sindical internacional, desde que seja assegurada a liberdade e autonomia de cada organização.

II - compromissos:

a) lutar pela igualdade de oportunidade e de tratamento entre homens e mulheres, sem preconceito de cor/raça/etnia, idade, orientação sexual e deficiência, nos diversos espaços do mundo do trabalho e na sociedade em geral;

b) desenvolver, organizar e apoiar todas as ações que visem a conquista de melhores condições de vida e trabalho para o conjunto da classe trabalhadora;

c) lutar para a superação da estrutura sindical corporativa vigente, desenvolvendo todos os esforços para a implantação da sua organização sindical baseada na liberdade e autonomia sindical;

- d) lutar pelo estabelecimento do Contrato Coletivo de Trabalho, nos níveis gerais da classe trabalhadora e específicos, por ramo de atividade econômica, por setores etc.;
- e) apoiar as lutas concretas do movimento popular da cidade e do campo, desenvolvendo uma relação de unidade e autonomia, de acordo com os princípios básicos da Central;
- f) defender e lutar pela ampliação das liberdades democráticas, como garantia dos direitos e conquistas dos/as trabalhadores/as e de suas organizações;
- g) construir a unidade da classe trabalhadora baseada na vontade, na consciência e na ação concreta;
- h) promover a solidariedade entre os/as trabalhadores/as, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe, em nível nacional e internacional;
- i) defender o direito de organização nos locais de trabalho, independentemente das organizações sindicais, através de comissões unitárias, com o objetivo de representar o conjunto dos/as trabalhadores/as e dos seus interesses;
- j) lutar pela emancipação dos/as trabalhadores/as como obra dos/as próprios/as trabalhadores/as, tendo como perspectiva a construção da sociedade socialista; e
- k) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses individuais, coletivos e difusos dos/as trabalhadores/as.

TÍTULO III

DO QUADRO ASSOCIATIVO

Capítulo I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 5º O quadro associativo da CUT é constituído por organizações sindicais e associações profissionais por ramo de atividade.

Parágrafo único. As organizações sindicais de base (comissão sindical de base, delegacia sindical etc.) são definidas pelos estatutos dos sindicatos a que se subordinam.

Art. 6º A filiação ao quadro associativo da CUT se dá por intermédio de decisão democrática e soberana dos/as trabalhadores/as, emanada por suas organizações sindicais, através de suas instâncias máximas de deliberação (assembleias, plenárias, ou congressos, conforme seu estatuto), em reunião ordinária ou extraordinária, da qual necessariamente deve participar um membro da Diretoria Executiva da CUT ou alguém por ela designado, e implica reconhecimento automático e aceitação imediata dos princípios, objetivos e normas estabelecidas por este Estatuto.

§ 1º A organização sindical, após aprovada sua filiação à CUT, preencherá uma ficha de filiação e a enviará junto com seu estatuto social e ata para a Secretaria Geral da CUT Brasil.

§ 2º Pelo ato de filiação, realizado em conformidade com este Estatuto, as entidades sindicais integram-se à estrutura da CUT.

§ 3º A desfiliação de organizações sindicais só terá efeito por intermédio de decisão democrática e soberana dos/as trabalhadores/as, emanada de suas organizações sindicais, através de suas instâncias máximas de deliberação (assembleias, plenárias, ou congressos, conforme seu estatuto), em reunião ordinária ou extraordinária, da qual necessariamente deve participar um membro da Diretoria Executiva da CUT ou alguém por ela designado.

§ 4º A ata da reunião da instância máxima de deliberação da organização sindical onde se decidiu a desfiliação deverá ser enviada à Secretaria Geral da CUT e produzirá efeitos imediatos, após o seu recebimento.

Art. 7º A adesão ao Estatuto da CUT implica subordinação à proposta política da Central e às suas instâncias organizativas e decisórias.

Art. 8º A entidade filiada deve remeter para a Estadual da CUT a ata da reunião que deliberou a filiação.

Art. 9º. Cabe às entidades filiadas a elaboração de seus estatutos sociais, de acordo com os princípios e objetivos estabelecidos pela CUT e desde que não se contraponham ao presente Estatuto.

Capítulo II

DOS DIREITOS E DEVERES

Seção I

Dos Direitos

Art. 10. Constituem direitos dos/as associados/as em dia com suas obrigações sociais estatutárias:

I - participar das atividades e das instâncias organizativas e deliberativas, nos termos do presente Estatuto;

II - receber, regularmente, informações das decisões tomadas pela CUT e das atividades programadas e/ou desenvolvidas em todas as instâncias da Central;

III - receber, antecipadamente, as previsões orçamentárias, assim como os balanços de prestação de contas de todas as instâncias às quais estejam vinculadas;

IV - formular críticas às deliberações emanadas das diversas instâncias da CUT, sempre e somente dentro de sua estrutura orgânica; e

V - ter assegurado amplo direito de defesa e de recurso às instâncias superiores da Central, sobre qualquer instância da CUT.

Seção II

Dos Deveres

Art. 11. Constituem deveres dos/as associados/as:

I - defender e aplicar os princípios e objetivos definidos pela CUT;

II - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;

III - acatar a decisão da maioria;

IV - cumprir e fazer cumprir as deliberações democraticamente tomadas;

V - comunicar e manter informadas as instâncias da CUT às quais se vinculam sobre as atividades que desenvolve, sobre deliberações pertinentes a essas instâncias, sobre eventuais alterações estatutárias, sobre resultado de eleições e sobre o que mais for de importância para a Central;

VI - manter-se rigorosamente em dia com as obrigações financeiras definidas neste Estatuto, especialmente a contribuição prevista em seu art. 71; e

VII - enviar para as tesourarias das direções estaduais da CUT as atas e os relatórios financeiros das assembleias de previsão orçamentária e de prestação de contas da entidade, no prazo máximo de 7 (sete) dias após sua realização.

§ 1º O cumprimento dos deveres expressos no inciso VII deste artigo constitui condição indispensável para que a entidade seja considerada em dia com suas obrigações financeiras com a CUT.

§ 2º O cumprimento dos deveres definidos neste artigo constitui condição indispensável para que a entidade possa ser credenciada a participar de congressos e de outras atividades da CUT.

Seção III

Das Sanções e Das Defesas e Recursos

Art. 12. Todas as entidades filiadas à CUT, assim como todos/as os/as dirigentes de todas as instâncias da Central Única dos

Trabalhadores que deixarem de cumprir com o presente Estatuto, assim como as deliberações dos diversos órgãos de decisão (congresso, plenária, direção e executiva de direção), poderão sofrer as seguintes sanções:

I - suspensão, pela direção da respectiva instância da CUT, deixando de representar a CUT junto à sua base, assim como perda da representação de sua base junto à Central Única dos Trabalhadores;

II - desde que já tenham decorrido os prazos de defesa e de recursos (contra a suspensão) previstos no parágrafo único deste artigo e eles não tenham sido apresentados ou tenham sido indeferidos pelos órgãos competentes, a Direção Nacional, representada por no mínimo 2/3 de seus membros efetivos, poderá convocar um Congresso extraordinário, para deliberar sobre a suspensão do/a dirigente ou da entidade filiada suspensos;

III - o Congresso convocado para este fim terá o número de delegados determinado pela Direção Nacional e serão enviados cartas e e-mails para todas as entidades sindicais em dia com sua contribuição, com 40 (quarenta) dias de antecedência, informando o número de delegados/as e o motivo do Congresso;

IV - em primeira chamada o Congresso será iniciado com pelo menos metade mais um dos/as delegados/as convocados/as ou em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de delegados/as presentes;

V - o quorum para desligamento da entidade sindical e para destituição de dirigente/s suspenso/s ou suspensa/s é a maioria simples dos/as delegados/as presentes em Congresso; e

VI - todo/a dirigente de todas as instâncias da CUT que faltar 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) vezes alternadas, sem justificativa, será suspenso/a pela respectiva direção e poderá ser destituído/a pelo Congresso.

Parágrafo único. Todas as entidades filiadas à CUT e todos/as os/as dirigentes que sofrerem as sanções previstas neste artigo poderão apresentar suas defesas aos seguintes órgãos deliberativos e de acordo com os seguintes prazos:

I - a defesa deverá ser apresentada e apreciada na primeira reunião da Executiva da Direção imediatamente posterior à aplicação da sanção;

II - indeferida a defesa pela Executiva da Direção, caberá recurso para a primeira reunião da Direção Nacional imediatamente posterior ao indeferimento da defesa, a qual deverá julgá-lo na mesma reunião em que for apresentado;

III - indeferido o recurso pela Direção Nacional, caberá, ainda, recurso à primeira reunião da Plenária imediatamente posterior ao indeferimento do recurso, a qual deverá julgá-lo na mesma reunião em que for apresentado;

IV - indeferido o recurso pela Plenária, caberá, em último grau recursal, recurso ao Congresso imediatamente posterior ao indeferimento do recurso, o qual deverá julgá-lo na mesma reunião em que for apresentado;

V - os/as dirigentes suspensos/as, embora possam ser destituídos/as pelo Congresso, não poderão apresentar recursos a este órgão deliberativo, tendo como sua última instância recursal a Plenária;

VI - todas as defesas e recursos deverão ser encaminhados ao/à Secretário/a Geral da CUT, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência em relação à reunião do órgão deliberativo que apreciará a questão; e

VII - caso a suspensão ocorra após o prazo previsto no parágrafo único, inc. VI, deste artigo, o prazo para defesa será prorrogado para a próxima reunião da Executiva da Direção.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Capítulo I

DOS NÍVEIS ORGANIZATIVOS

Art. 13. A Central Única dos Trabalhadores se organiza em dois níveis: organização vertical e organização horizontal.

I - Organização Vertical

Art. 14. A organização vertical da CUT parte dos locais de trabalho, por ramo de atividade econômica, buscando aglutinar as atividades afins em suas formas organizativas, a saber:

I - Organizações sindicais de base;

II - Sindicatos por ramo de atividade econômica; e

III - Confederações e Federações Nacionais por ramo de atividade econômica.

§ 1º As organizações sindicais de base e as entidades sindicais filiadas constituem o quadro associativo da Central.

§ 2º As Confederações e as Federações Nacionais por ramo de atividade constituem instâncias organizativas da estrutura da CUT.

§ 3º As estruturas verticais têm o poder de representação e negociação do ramo de atividade econômica.

II - Organização Horizontal.

Art. 15. A organização horizontal da CUT tem por objetivo construir a unidade dos/as trabalhadores/as, promovendo sua organização intercategoria profissional enquanto classe em nível regional, estadual e nacional.

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO VERTICAL DAS CONFEDERAÇÕES E DAS FEDERAÇÕES.

Seção I

Da Configuração

Art. 16. As Confederações e as Federações Nacionais são instâncias organizativas da CUT, das quais fazem parte os sindicatos filiados e oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pela Estadual da CUT. Têm representação por ramo de atividade econômica e em âmbito estadual, interestadual e nacional, integrando-se à estrutura horizontal da Central em seus respectivos níveis.

Art. 17. A fundação das Confederações e das Federações, em nível estadual, interestadual e nacional se dará em congressos

estaduais, interestaduais e nacionais, respectivamente, realizados nos termos deste Estatuto.

Art. 18. A constituição das Confederações e das Federações, em nível estadual, interestadual e nacional, em caráter de filial, se fará por via do ato homologatório constitutivo, emanado da Executiva da Direção Nacional, a quem compete igualmente encaminhar o respectivo registro ao órgão competente.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a Direção Executiva das Confederações e Federações Nacionais eleitas no congresso de fundação encaminhará à Executiva da Direção Nacional da CUT ata do respectivo congresso onde conste, entre outros, a deliberação sobre a fundação e seu Estatuto específico, a eleição da primeira diretoria e os nomes que a integram.

§ 2º A Direção Executiva das Confederações e Federações Nacionais está obrigada a encaminhar à Executiva da Direção Nacional as atas de deliberações que alteram a composição de sua direção.

§ 3º Os estatutos sociais das Confederações e das Federações Nacionais observarão as normas gerais e específicas constantes neste Estatuto, podendo regulamentar matéria específica de seu interesse, desde que não se contraponha ao presente Estatuto e seja referendada pela Executiva da Direção Nacional da CUT.

Seção II

Das Atribuições das Confederações e das Federações

Art. 19. São atribuições das Confederações e das Federações Nacionais:

- I - encaminhar e implementar a política e o plano de lutas da Central;
- II - definir um plano de lutas específico para seu ramo de atividade;
- III - celebrar acordos e contratos coletivos nacionais, interestaduais ou estaduais, específicos para seu ramo de atividade, com base nos acordos e contratos coletivos da Central;
- IV - incentivar, desenvolver, acompanhar e coordenar as oposições sindicais e outras formas organizativas da CUT, no interior das bases sindicais do seu ramo, onde o sindicato não seja filiado à Central;
- V - desenvolver táticas de atuação política para enfrentar a estrutura sindical oficial, de acordo com a realidade de cada região e de cada ramo de atividade, objetivando o fortalecimento da CUT e o desmantelamento da estrutura oficial corporativa; e
- VI - estabelecer relações de intercâmbio e cooperação com entidades congêneres, em seu âmbito, sob coordenação da Secretaria de Relações Internacionais.

Seção III

Das Instâncias Deliberativas

Art. 20. São instâncias deliberativas das Confederações e das Federações estaduais, interestaduais e nacionais:

- I - Congresso;
- II - Plenárias;
- III - Conselho Diretivo; e
- IV - Direção Executiva.

Subseção I

Dos Congressos das Confederações e das Federações Estaduais, Interestaduais e Nacionais

Art. 21. Os congressos das Confederações e das Federações estaduais, interestaduais e nacionais são convocados por seus respectivos congressos ou conselhos diretivos, através de inclusão do edital de convocação em suas resoluções, as quais deverão ser enviadas por e-mail e por via postal para todas as entidades filiadas, até 10 (dez) dias antes de sua realização e o edital de convocação também deverá ser fixado em sua sede no mesmo prazo.

§ 1º O quorum mínimo para instalação do Congresso em primeira chamada será de 2/3 (dois terços) dos/as delegados/as eleitos/as de acordo com o art. 25 deste estatuto. A segunda chamada será feita 1 (uma) hora após a primeira e o quorum para instalação do Congresso será de maioria simples, metade mais um dos/as delegados/as.

§ 2º As deliberações gerais do Congresso serão tomadas pela decisão da maioria simples dos delegados presentes.

Art. 22. Os congressos das Confederações e das Federações Nacionais são realizados, ordinariamente, após o Congresso Nacional da CUT, para garantir o encaminhamento das suas resoluções, podendo também ser convocado em caráter extraordinário.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias serão feitas pela Direção Executiva ou pelo Conselho Diretivo e seguirão as mesmas regras de convocação dos congressos ordinários.

Art. 23. Os congressos das Federações estaduais ou interestaduais são realizados, ordinariamente, após o Congresso Nacional da CUT e do congresso da Confederação ou da Federação Nacional, podendo também ser convocado em caráter extraordinário.

Parágrafo único. As convocações extraordinárias do Congresso poderão ser feitas pela Direção Executiva ou pelo Conselho Diretivo e seguirão as mesmas regras de convocação dos congressos ordinários.

Art. 24. Participam dos congressos das Confederações e Federações estaduais, interestaduais e nacionais delegados/as das entidades filiadas em dia com suas obrigações definidas neste Estatuto, as oposições sindicais reconhecidas pela CUT Estadual e acompanhadas pela respectiva Confederação ou da Federação Nacional e os delegados natos, de acordo com os critérios definidos no próximo artigo, incisos IV e V.

Art. 25. O processo de definição e escolha dos/as delegados/as obedecerá aos seguintes critérios:

I - a instância que convocar o congresso da Confederação e Federação estadual, interestadual e nacional definirá o número básico de delegados/as ao seu respectivo congresso, considerando as especificidades de cada ramo de atividade;

II - todos os sindicatos filiados à CUT da respectiva Confederação e Federação e em dia com as obrigações previstas neste Estatuto têm o direito e estar representados da seguinte forma:

a) seus/suas delegados/as serão eleitos/as em assembleia geral ou congresso da entidade com a presença de um/a representante da Confederação e Federação estadual ou interestadual, obedecendo aos critérios de proporcionalidade e de gênero estabelecidos neste Estatuto;

b) quando a eleição dos/as delegados/as ocorrer nos congressos da categoria, este deve ser amplamente convocado, com até 10 (dez) dias de antecedência de sua realização, especificando na pauta, a eleição de delegados/as para o congresso, contendo o dia, local e hora em que a eleição será realizada e, aberta para a participação de toda a categoria, não restringindo-se apenas/às aos delegados/as do congresso da categoria;

c) a convocação da instância que elegerá os/as delegados/as deverá ser ampla, pública e ocorrer no prazo máximo de até 10 (dez) dias que antecedem a sua realização;

d) as entidades de base estadual poderão eleger delegados/as aos congressos da CUT em instâncias de representação de base, eleitas por sindicalizados/as, desde que sejam compostas de pelo menos o quorum exigido para eleição dos/as delegados/as aos congressos, ou ainda, descentralizar o processo de eleição proporcionalmente ao número de sindicalizados/as em cada região ou município do Estado, onde a entidade possua instância formal de representação, sendo que a assembleia regional deve cumprir o quorum mínimo exigido proporcionalmente, e que a somatória dos/as participantes das assembleias cumpra o quorum exigido para o conjunto da delegação;

e) o número de delegados/as por entidade sindical filiada à CUT deverá obedecer à proporcionalidade entre o número de sindicalizados/as em gozo de seus direitos sociais estatutários e o número básico de delegados/as para o respectivo congresso;

f) cada entidade, independente do número de delegados/as estabelecidos/as pela proporcionalidade definida na alínea “c” do inciso II deste artigo, terá sempre garantida a sua representação nos congressos das Confederações e Federações estaduais, interestaduais e nacionais através de um/a delegado/a; e

g) o quorum mínimo exigido para a instância eleger delegados/as será de 3 (três) vezes o número total de delegados/as ao qual a entidade e as oposições têm direito.

III - todas as oposições sindicais reconhecidas pela CUT Estadual e acompanhadas pela respectiva Confederação e Federação têm o direito de participar. Seus/suas delegados/as serão eleitos/as em assembleias amplas e democraticamente convocadas, com a presença de um/a representante da Federação estadual e interestadual. O número de delegados/as será de acordo com os seguintes critérios:

a) para as oposições que concorreram à última eleição do sindicato, o número de delegados/as será proporcional ao número de votos obtidos no último escrutínio;

b) para as oposições que não concorreram à última eleição do sindicato, o número de delegados/as nunca poderá ser superior à delegação do menor sindicato da Confederação ou Federação Nacional;

c) as oposições sindicais que participaram de eleições, cujo processo eleitoral seja julgado não-democrático pela Confederação e/ou Federação, escolherão seus/suas delegados/as de acordo com critérios específicos estabelecidos pela respectiva Confederação ou Federação, buscando garantir o nível de representação junto à categoria; e

d) as oposições vencedoras de eleições sindicais cuja eleição realizou-se dentro do período de até 3 (três) meses anteriores ao prazo de inscrição do congresso e que ainda não estejam filiadas à CUT, elegerão um número de delegados/as proporcional ao número de votos obtidos. Após esse prazo, a oposição e a entidade perderá o direito de eleger delegados/as aos congressos da CUT;

IV - são delegados/as nato/as nos congressos nacionais das Confederações e Federações Nacionais:

a) os membros da Executiva da Direção Nacional da CUT do respectivo ramo de atividade; e

b) os membros da Executiva da Confederação ou da Federação Nacional do respectivo ramo de atividade.

V - são delegados/as natos/as nos congressos das Federações interestaduais e estaduais:

a) os membros da Executiva da Direção Nacional da CUT do respectivo ramo de atividade e pertencentes à base territorial da Federação que realiza o congresso;

b) os membros da Executiva da Confederação Nacional e Federação Nacional pertencentes à base territorial da Federação que realiza o congresso;

c) os membros da Executiva da Direção Estadual da CUT do respectivo ramo de atividade na base territorial da federação que realiza o congresso; e

d) os membros efetivos e suplentes da Executiva da Federação estadual ou interestadual que realiza o congresso.

VI - as delegações participantes deverão requerer sua inscrição à secretaria do respectivo congresso no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecedem a sua realização, apresentando no ato da inscrição os seguintes documentos:

a) ficha de inscrição com o nome completo dos/as delegados/as eleitos/as;

b) apresentação de lista de associados/as da entidade;

c) atas das últimas assembleias de prestação de contas e de aprovação da previsão orçamentária; e

d) ata e lista de presença da instância que elegeu os/as delegados/as, assinadas pelo/a representante da Federação Estadual presente à assembleia;

Art. 26. São atribuições dos congressos estaduais, interestaduais e nacionais das Confederações e Federações:

I - discutir e aprovar resoluções para o seu ramo de atividade econômica, de acordo com as diretrizes da CUT, e encaminhar as resoluções da Central Única dos Trabalhadores;

II - discutir e aprovar resoluções para desenvolver a política geral da CUT em seu ramo de atividade, em seu âmbito; e

III - eleger a Direção Executiva da Confederação e Federação estadual, interestadual e nacional e o respectivo Conselho Fiscal.

Subseção II

Do Conselho Diretivo

Art. 27. O Conselho Diretivo das Federações estaduais e interestaduais é composto por membros da Direção Executiva da Federação e membros indicados pelas entidades sindicais do mesmo, de acordo com a proporção entre o número de membros e número de sindicalizados/as de cada entidade, eleitos/as em instância de representação de base amplamente convocada. Qualquer membro deste Conselho perderá sua atribuição quando desligado de sua base de representação, sendo, neste caso, substituído pelo sindicato.

Art. 28. O Conselho Diretivo das Confederações e Federações Nacionais é composto pela Direção Executiva da Confederação e Federação Nacional, os membros da Executiva da Direção Nacional pertencentes ao ramo de atividade econômica e os membros indicados pelos conselhos diretivos das Federações estaduais e interestaduais de acordo com a proporção entre o número de representantes de cada Federação estadual e interestadual e o número de sindicalizados/as em sua respectiva base territorial.

§ 1º O número de membros do Conselho Diretivo da Federação estadual, interestadual e nacional é definido pelo respectivo congresso.

§ 2º Para os estados onde não há Federação: a) as entidades filiadas elegem seus/suas representantes; b) as entidades

filiadas estaduais elegem seus/suas representantes usando os mesmos critérios, como se houvesse Federação.

§ 3º O Conselho Diretivo das Confederações e Federações Nacionais, Estaduais e Interestaduais será convocado ordinariamente a cada 2 (dois) meses e extraordinariamente sempre que for necessário.

§ 4º As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretivo das Confederações e Federações Nacionais, Estaduais e Interestaduais serão convocadas por seus respectivos Conselhos Diretivos ou Direções Executivas, através de inclusão do edital de convocação em suas resoluções, as quais deverão ser enviadas por e-mail e por via postal para todas as entidades filiadas, até 10 (dez) dias antes de sua realização e o edital de convocação também deverá ser fixado em sua sede no mesmo prazo.

§ 5º O quorum mínimo para instalação do Conselho Diretivo das Confederações e Federações Nacionais, Estaduais e Interestaduais em primeira chamada será de 2/3 (dois terços) dos seus membros. A segunda chamada será feita 1 (uma) hora após a primeira e o quorum para instalação do Congresso será de maioria simples, metade mais um dos membros.

§ 6º As deliberações gerais do Conselho Diretivo das Confederações e Federações Nacionais, Estaduais e Interestaduais serão tomadas pela decisão da maioria simples dos membros presentes.

Art. 29. Constituem funções dos Conselhos Diretivos das Confederações e Federações estaduais, interestaduais e nacional:

I - garantir a aplicação da linha política e das resoluções dos seus respectivos congressos, em seus níveis de abrangência; e

II - aprovar políticas específicas para o período compreendido entre um congresso e outro.

Subseção III

Das Direções Executivas e suas Atribuições

Art. 30. A Direção Executiva das Confederações e Federações é eleita no congresso das Confederações e Federações, obedecendo aos critérios de proporcionalidade e de gênero estabelecidos neste Estatuto.

§ 1º As reuniões da Direção Executiva serão convocadas mensalmente pela reunião da Direção Executiva anterior, podendo ser adiadas ou prorrogadas por suas respectivas Secretarias Gerais, devendo seus membros serem notificados via e-mail e via postal, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, a não ser em casos extraordinários, nos quais os membros poderão ser convocados em 48 (quarenta e oito) horas, pela via que se mostrar mais célere.

§ 2º O quorum mínimo para realização da reunião da Direção Executiva será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira chamada e de metade mais um dos membros em segunda chamada, que deverá ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira.

§ 3º As deliberações gerais da Direção Executiva serão tomadas pela decisão da maioria simples dos membros presentes.

Art. 31. São atribuições dos membros efetivos das Executivas das Confederações e Federações nacionais, interestaduais e estaduais:

I - compete ao/à presidente/a:

a) assinar a convocatória dos respectivos congressos das Confederações e Federações;

b) presidir as reuniões de seus respectivos conselhos diretivos e de suas executivas;

c) garantir o cumprimento dos objetivos e das decisões aprovadas pelas instâncias deliberativas da CUT;

d) representar a respectiva Confederação e Federação em seu âmbito; e

e) delegar poderes aos demais membros da Executiva da Confederação e Federação para representar e manifestar a posição da respectiva Confederação ou Federação.

II - compete ao/à vice-presidente/a assumir, na ausência do presidente, as funções deste.

III - compete ao/à secretário/a geral:

a) organizar as reuniões da Executiva, do Conselho Diretivo e o congresso da respectiva Confederação e Federação;

b) encaminhar as resoluções das instâncias nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas, em seu âmbito;

c) elaborar planos gerais integrados e coordenar as atividades do conjunto das secretarias das respectivas Confederações e Federações; e

d) organizar e administrar o arquivo, as atas, os documentos legais e as agendas das respectivas Confederações e Federações.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/a geral da Confederação e Federação acompanhar e integrar as entidades filiadas, as Federações estaduais e interestaduais do respectivo ramo de atividade.

IV - compete ao/à secretário/a de administração e finanças:

a) garantir, em seu âmbito, a aplicação da política de finanças e sustentação material, de acordo com as normas deste Estatuto e com as resoluções das instâncias deliberativas da CUT;

b) organizar e administrar as finanças e o plano orçamentário da respectiva Confederação e Federação;

c) administrar o patrimônio, a sede e a política de pessoal das respectivas Confederações e Federações; e

d) elaborar balancetes mensais e um balanço anual com o parecer do Conselho Fiscal, para prestar contas aos seus respectivos conselhos diretivos, ou a qualquer momento em que forem por estes solicitados.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/a de administração e finanças da Confederação e Federação coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação estabelecidos através da Secretaria de Relações Internacionais em seu âmbito com entidades sindicais congêneres de outros países.

V - compete ao/à secretário/a de combate ao racismo:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de combate ao racismo em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/a de combate ao racismo da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

VI - compete ao/à secretário/a de comunicação:

a) elaborar a linha de comunicação da respectiva Confederação ou Federação, de acordo com a Secretaria Nacional de Comunicação do nível horizontal e os objetivos expressos neste Estatuto, e coordenar sua implementação em seu âmbito; e

b) organizar os veículos de comunicação e imprensa da respectiva Confederação e Federação.

VII - compete ao/à secretário/a de formação:

a) elaborar e desenvolver a política de formação da respectiva Confederação ou Federação, de acordo com a linha definida pela Secretaria Nacional de Formação do nível horizontal e os objetivos expressos neste Estatuto; e

b) coordenar e sistematizar as experiências e atividades de formação das entidades filiadas em seu ramo de atividade, garantindo a linha de formação definida pela Secretaria Nacional de Formação do nível horizontal.

VIII - compete ao/à secretário/a da juventude:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de juventude em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/à da juventude da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

IX- compete ao/à secretário/a de meio ambiente:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de meio ambiente em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/a de meio ambiente da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

X - compete à/ao secretária/o da mulher trabalhadora:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as entidades filiadas; e

b) organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras.

XI - compete ao/à secretário/a de organização e política sindical:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de organização e política sindical em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao secretário de organização e política sindical da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais; e

b) acompanhar e assessorar a atividade e a organização dos sindicatos, oposições sindicais e outras organizações sindicais de base em seu respectivo ramo de atividade.

XII - compete ao/à secretário/a de políticas sociais:

a) coordenar a execução das políticas sociais da CUT em seu âmbito; e

b) contribuir para a elaboração de políticas sociais que abarquem especificamente o seu respectivo ramo de atividade, sob coordenação da Secretaria Nacional de Políticas Sociais do nível horizontal.

XIII - compete ao/à secretário/a de relações do trabalho:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de relações de trabalho em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao secretário de relações do trabalho da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

XIV - compete ao/à secretário/a de saúde do trabalhador:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de saúde do trabalhador em seu âmbito.

Parágrafo único. Compete ao/à secretário/a de saúde do trabalhador da Confederação e Federação promover relações e intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação com entidades sindicais do mesmo ramo de atividade de outros países, através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

Art. 32. O Conselho Diretivo da Confederação e Federação estadual, interestadual e nacional se reunirá, ordinariamente, de 4 (quatro) em 4 (quatro) meses, podendo ser convocado extraordinariamente. A Executiva da Confederação e Federação estadual, interestadual e nacional se reunirá, ordinariamente, mensalmente, podendo ser convocada extraordinariamente.

Capítulo III

ORGANIZAÇÃO DO NÍVEL HORIZONTAL NOS PLANOS ESTADUAIS E NACIONAL

Seção I

Da Configuração e Constituição

Art. 33. A organização horizontal da CUT tem por objetivo construir a unidade dos/as trabalhadores/as enquanto classe na seguinte estrutura básica:

I - CUT Estadual; e

II - CUT Nacional.

Art. 34. A estrutura prevista no artigo anterior tem, em todos os níveis, as seguintes instâncias deliberativas:

I - Congresso;

II - Plenária;

III - Direção; e

IV - Executiva da direção.

§ 1º É competência das Estaduais da CUT, nos seus respectivos congressos e demais instâncias deliberar sobre constituição, política e estratégia de regionalização da CUT no seu respectivo estado, incluindo as condições financeiras, materiais e humanas para sua implantação e funcionamento.

§ 2º A regionalização da CUT em cada estado deve assegurar a presença dos sindicatos filiados e de uma coordenação ou direção regional, nos termos deste Estatuto.

§ 3º A CUT Regional é uma instância de representação da CUT no âmbito de sua região, subordinada às políticas e orientações da Estadual da CUT.

§ 4º Os membros da Direção Estadual na região poderão ser membros natos nesta coordenação ou direção.

§ 5º Quando o congresso estadual definir a constituição de regionais através de congressos, este deve realizar-se nos termos deste Estatuto.

Art. 35. A fundação das instâncias organizativas da CUT ao nível estadual se dará em congresso estadual, realizado nos termos deste Estatuto.

Art. 36. A constituição da instância organizativa, em caráter de filial, se fará por via do ato homologatório constitutivo, emanado da Executiva da Direção Nacional, a quem compete, igualmente, encaminhar o respectivo registro ao órgão competente.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a direção eleita no congresso de fundação encaminhará à Executiva da Direção Nacional ata do respectivo congresso onde conste, entre outros, a deliberação sobre a fundação e sobre a adesão ao Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, a eleição da primeira diretoria e os nomes e cargos que a integram.

§ 2º A direção das instâncias organizativas mencionadas neste artigo está obrigada a encaminhar à Executiva da Direção Nacional, atas dos congressos que alteram a composição de sua direção.

Seção II

Das Instâncias Deliberativas

Subseção I

Dos Congressos Estaduais

Art. 37. O congresso, a plenária ou as direções estaduais convocam seu respectivo congresso de acordo com as necessidades e especificidades de cada estado. Exceto no período antecedente à realização do congresso nacional da CUT, quando a

convocação deverá estar de acordo com a pauta e o calendário estabelecido pela Direção Nacional da CUT.

§ 1º O edital de convocação do Congresso deverá constar nas resoluções da reunião que o convocou, as quais deverão ser enviadas por e-mail e por via postal para todas as entidades filiadas, até 10 (dez) dias antes de sua realização e também deverá ser fixado em sua sede no mesmo prazo.

§ 2º O quorum mínimo para instalação do Congresso em primeira chamada será de 2/3 (dois terços) dos delegados eleitos de acordo com o art. 39 deste estatuto. A segunda chamada será feita 1 (uma) hora após a primeira e o quorum para instalação do Congresso será de maioria simples, metade mais um dos delegados.

§ 3º As deliberações gerais do Congresso serão tomadas pela decisão da maioria simples dos/as delegados/as presentes.

Art. 38. Participam dos congressos estaduais os/as delegados/as das entidades sindicais filiadas e em dia com as suas obrigações definidas neste Estatuto, das oposições sindicais reconhecidas pela Estadual da CUT e acompanhadas pela respectiva Confederação e das Federações estaduais e interestaduais.

Art. 39. A eleição dos/as delegados/as obedecerá aos seguintes critérios:

I - instância que convocar o congresso estadual define o número básico de delegados/as participantes, considerando as necessidades e especificidades em suas respectivas áreas de abrangência;

II - todos os sindicatos filiados à CUT, em dia com as suas obrigações previstas neste Estatuto, têm o direito de estar representados da seguinte forma:

a) seus delegados/as serão eleitos/as em assembleia geral ou congresso da entidade, obedecendo ao critério de proporcionalidade e de gênero estabelecido neste Estatuto, e com a presença de representante da CUT Estadual;

b) a convocação da instância que elegerá os/as delegados/as deverá ser ampla, pública e ocorrer dentro do prazo de até 10 (dez) dias que antecedem a sua realização;

c) quando a eleição dos/as delegados/as ocorrer nos congressos da categoria, este deve ser amplamente convocado, obedecendo aos mesmos prazos do item “b” deste inciso, especificando na pauta, a eleição de delegados/as para o congresso, contendo o dia, local e hora em que a eleição será realizada e, aberta para a participação de toda a categoria, não restringindo-se aos/às delegados/as do congresso da categoria;

d) as entidades de base estadual poderão eleger delegados/as para os congressos da CUT em instâncias de representação de base, eleitas por sindicalizados/as, desde que sejam compostas por pelo menos o quorum exigido para eleição dos delegados/as aos congressos, ou ainda, descentralizar o processo de eleição proporcionalmente ao número de sindicalizados/as em cada região ou município do Estado, onde a entidade possua instância formal de representação, sendo que a assembleia regional deve cumprir o quorum mínimo exigido proporcionalmente, e que a somatória dos/as participantes das assembleias cumpra o quorum exigido para o conjunto da delegação;

e) o número de delegados/as por entidade sindical filiada à CUT deverá obedecer a proporcionalidade entre o número de sindicalizados/as em gozo de seus direitos sociais estatutários e o número básico de delegados/as para o respectivo congresso;

f) cada entidade, independente do número de delegados/as estabelecidos pela proporcionalidade definida no item “c” deste artigo, terá sempre garantida a sua representação nos congressos regionais e estaduais através de um/a delegado/a; e

g) o quorum mínimo exigido para eleger delegados/as será de 3 (três) vezes o número total de delegados/as ao qual a entidade e as oposições têm direito.

III - as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pela CUT e pela respectiva Federação deverão eleger seus/suas delegados/as em assembleias, na forma definida no inciso II, alíneas “b” e “e” deste artigo e de acordo com os seguintes critérios:

a) oposições que concorreram à última eleição do sindicato poderão eleger um número de delegados/as proporcional ao número de votos obtidos no último escrutínio;

b) oposições que não concorreram à última eleição do sindicato elegem delegados/as em número nunca superior à delegação do menor sindicato da base territorial do congresso;

c) oposições que participaram de eleições sindicais cujo processo eleitoral for julgado não-democrático pela CUT Estadual escolherão seus/suas delegados/as de acordo com os critérios estabelecidos pela CUT Estadual, buscando garantir o nível de representação junto à categoria; ou

d) as oposições vencedoras de eleições sindicais cuja eleição realizou-se dentro do período de até 3 (três) meses anteriores ao prazo de inscrição do congresso e que ainda não estejam filiadas à CUT, elegerão um número de delegados/as proporcional ao número de votos obtidos. Após esse prazo, a oposição e a entidade perderão o direito de eleger delegados/as aos congressos da CUT.

IV - as Federações estaduais ou interestaduais participarão no congresso estadual com 3 (três) delegados/as, escolhidos/as em suas respectivas instâncias, não podendo ocorrer dupla representação do ramo de atividade.

Parágrafo único. Quando houver, na mesma base territorial do ramo de atividade, federação da estrutura da CUT e federações filiadas à CUT, conforme artigo deste Estatuto, estes, em comum acordo, escolherão os/as representantes do respectivo ramo de atividade a que têm direito.

V - são delegados/as natos/as no congresso estadual:

- a) os membros da Executiva da Direção Estadual; e
- b) os membros da Executiva Nacional no Estado.

VI - todas as delegações participantes deverão requerer sua inscrição junto à secretaria do respectivo congresso no prazo máximo de até 10 (dez) dias que antecedem a sua realização, apresentando no ato da inscrição os seguintes documentos:

- a) ficha de inscrição;
- b) lista de associados/as da entidade;

c) ata da última assembleia de prestação de contas da entidade; e

d) ata e lista de presença da instância que elegeu os/as delegados/as, assinada pelo/a representante da CUT Estadual presente à assembleia.

Art. 40. As eleições da Direção Estadual, da Executiva da Direção Estadual e do Conselho Fiscal serão realizadas em seus respectivos congressos, de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto.

Subseção II

Das Direções Executivas e suas Atribuições

Art. 41. A Executiva da Direção Estadual será composta por 14 (catorze) membros e a Direção Estadual será composta por no máximo 36 (trinta e seis) membros, incluindo os 14 (catorze) membros da Executiva: presidente/a, vice-presidente/a, secretário/a geral, secretário/a de administração e finanças, secretário/a de combate ao racismo, secretário/a de comunicação, secretário/a de formação sindical, secretário/a da juventude, secretário/a de meio ambiente, secretário/a da mulher trabalhadora, secretário/a de organização e política sindical, secretário/a de políticas sociais, secretário/a de relações de trabalho e secretário/a de saúde do trabalhador.

§ 1º As reuniões da Executiva da Direção Estadual serão convocadas quinzenalmente pela reunião da Direção Executiva da Direção anterior, podendo ser adiadas ou prorrogadas pela Secretaria Geral, devendo seus membros serem notificados via e-mail e via postal, com no mínimo 3 (três) dias de antecedên-

cia, a não ser em casos extraordinários, nos quais os membros poderão ser convocados em 24 (vinte e quatro) horas, pela via que se mostrar mais célere.

§ 2º O quorum mínimo para realização da reunião da Direção Executiva será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira chamada e de metade mais um dos membros em segunda chamada, que deverá ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira.

§ 3º As deliberações gerais da Direção Executiva serão tomadas pela decisão da maioria simples dos membros presentes.

Art. 42. São atribuições dos membros efetivos da Executiva da Direção Estadual:

I - compete ao/à presidente/a:

- a) assinar a convocatória do congresso estadual;
- b) presidir as reuniões da plenária, direção e executiva estadual;
- c) garantir o cumprimento dos objetivos e das decisões aprovadas pelos fóruns e instâncias superiores da CUT;
- d) assegurar que a atuação e a organização das instâncias e dos/as filiados/as da CUT se desenvolvam de acordo com os fundamentos e princípios deste Estatuto;
- e) representar legalmente a CUT em nível judicial ou administrativo;
- f) representar a CUT estadual; e

g) delegar poderes aos demais membros da Direção Estadual para representar e manifestar a posição da CUT.

II - compete ao/à vice-presidente/a assumir, na ausência do/a presidente/a, as funções deste/a.

III - compete ao/à secretário/a geral:

a) garantir a aplicação dos direitos, deveres e sanções aos/às filiados/as e o cumprimento do Estatuto da CUT;

b) organizar as reuniões da Executiva Estadual, da Direção Estadual, da plenária estadual e do congresso estadual;

c) encaminhar as resoluções das instâncias estaduais e nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas;

d) elaborar planos gerais integrados e coordenar as atividades do conjunto das secretarias estaduais; e

e) organizar e administrar o arquivo geral, as atas, documentos legais e agenda estadual da CUT.

IV - compete ao/à secretário/a de administração e finanças:

a) garantir a aplicação da política de finanças e sustentação material de acordo com as normas deste Estatuto e as deliberações das instâncias estaduais e nacionais;

b) organizar e administrar as finanças e o plano orçamentário da CUT Estadual;

c) administrar o patrimônio da CUT, sua sede estadual e a política de pessoal;

d) elaborar balancetes mensais e um balanço anual com o parecer do Conselho Fiscal para aprovação da Direção Estadual, ou a qualquer momento em que forem por estes solicitados; e

e) coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação em seu âmbito estabelecidos através da Secretaria Nacional de Administração e Finanças e da Secretaria de Relações Internacionais.

V - compete ao/à secretário/a de combate ao racismo:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas de combate ao racismo nos diversos setores de atuação da CUT;

b) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades dos movimentos sociais de combate ao racismo, dentro dos princípios definidos neste Estatuto;

c) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e da Secretaria de Relações Internacionais, para desenvolvimento das políticas de combate ao racismo; e

d) organizar os/as trabalhadores/as para intervirem no mundo do trabalho e sindical sobre as questões étnico-raciais, e promover campanhas para promoção da igualdade racial nos diversos âmbitos e esferas.

VI- compete ao/à secretário/a de comunicação:

a) elaborar a linha de comunicação da CUT, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto, e coordenar sua implementação em âmbito estadual;

b) coordenar os órgãos de divulgação e editar as publicações e o material de imprensa da CUT Estadual;

c) preservar a imagem pública da CUT e a padronização dos símbolos que a identificam;

d) organizar a divulgação das posições e informações da CUT para os trabalhadores e o conjunto da sociedade; e

e) estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa estaduais.

VII - compete ao/à secretário/a de formação:

a) elaborar e desenvolver a política geral de formação, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto;

b) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação das entidades filiadas e instâncias da CUT, garantindo a linha de formação comum, de acordo com os princípios deste Estatuto;

c) documentar e analisar as experiências de luta e organização dos/as trabalhadores/as no estado e os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica; e

d) estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Formação e da Secretaria de Relações Internacionais.

VIII - compete ao/à secretário/a da juventude:

- a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção de jovens trabalhadores/as e da juventude, relativas ao trabalho, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos;
- b) organizar os/as jovens trabalhadores/as para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida laboral da juventude;
- c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades dos movimentos sociais juvenis, dentro dos princípios definidos neste Estatuto; e
- d) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de juventude da CUT com entidades sindicais, institutos especializados em seu âmbito, através da Secretaria Nacional da Juventude e da Secretaria de Relações Internacionais.

IX - compete ao/à secretário/a de meio ambiente:

- a) elaborar e coordenar as ações da CUT sobre o meio ambiente, articuladas com as demais secretarias, na direção do desenvolvimento sustentável, incluindo a dimensão social, econômica, ambiental e política;
- b) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação a políticas para promoção das ações e políticas relacionadas ao meio ambiente e, encaminhá-los às instâncias da CUT;
- c) promover intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de meio ambiente da CUT com entidades sindicais e institutos es-

pecializados em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e da Secretaria de Relações Internacionais;

d) coordenar a elaboração e execução de campanhas para ampliação de direitos trabalhistas e sindicais na área ambiental dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias;

e) elaborar subsídios sobre as questões de meio ambiente para aprimorar os processos de negociação coletiva; e

f) elaborar, em conjunto com a Secretaria Estadual de Formação, programas de formação visando o aprofundamento da compreensão e da atuação na temática ambiental.

X - compete à/ao secretária/o da mulher trabalhadora:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos; e

b) organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras.

XI- compete ao/à secretário/a de organização e política sindical.

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de organização e política sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT;

b) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas sindicais da CUT com entidades sindicais e institutos especializados em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Organização e Política Sindical e da Secretaria de Relações Internacionais;

c) coordenar a elaboração da política geral de organização sindical dentro dos princípios e propostas da CUT;

d) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política de organização sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT; e

e) coordenar o trabalho de ampliação da base de representação da CUT, especialmente, em oposições e eleições sindicais.

XII - compete ao/à secretário/a de políticas sociais:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas sociais da CUT, abarcando os setores de educação, criança e adolescente, habitação e solo urbano, alimentação, transportes, direitos humanos e movimentos sociais;

b) coordenar a execução das políticas sociais da CUT, em consonância com as demais secretarias e projeto político-sindical da CUT;

c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades da sociedade civil, dentro dos princípios definidos neste Estatuto; e

d) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, para desenvolvimento das políticas sociais da CUT, em seu âmbito, através da Secre-

taria Nacional de Políticas Sociais e da Secretaria de Relações Internacionais.

XIII - compete ao/à secretário/a de relações de trabalho:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação a políticas para promoção da democratização das relações sociais de trabalho e encaminhá-los às instâncias da CUT;

b) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de democratização das relações de trabalho da CUT com entidades sindicais e institutos especializados em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e da Secretaria de Relações Internacionais;

c) coordenar a elaboração e execução de campanhas para ampliação de direitos trabalhistas e sindicais dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias;

d) elaborar e coordenar os processos de negociação coletiva estadual, em conjunto com os ramos da CUT, como também desenvolver estudos e pesquisas para aprimoramento das reivindicações estaduais; e

e) coordenar e acompanhar os temas relacionados à promoção da democratização das relações sociais de trabalho nos espaços institucionais, nos seus respectivos âmbitos.

XIV - compete ao/à secretário/a de saúde do trabalhador:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção da saúde do/a trabalhador/a, subsidiando as instâncias e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos;

b) articular estadualmente a política da CUT de saúde do trabalhador, assegurando sua implementação e organicidade no âmbito das instâncias da Central;

c) elaborar estratégia de ação sindical em defesa da saúde do/a trabalhador/a e encaminhá-las nas instâncias da CUT;

d) formular políticas e propostas de intervenção da CUT em fóruns e instâncias governamentais no que tange à relação saúde-trabalho e às ações em saúde do trabalhador nos âmbitos da Saúde, Trabalho e Previdência Social;

e) articular e coordenar a participação dos/as representantes da CUT em seu âmbito nos fóruns e instâncias governamentais que tratam das políticas e ações no campo da relação saúde-trabalho e das ações em saúde do trabalhador no âmbito da Saúde, Trabalho e Previdência Social; e

f) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de Saúde do Trabalhador da CUT com entidades sindicais e institutos especializados em seu âmbito, através da Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador e da Secretaria de Relações Internacionais.

Art. 43. A Direção Estadual da CUT se reunirá, ordinariamente, de 3 (três) em 3 (três) meses, no mínimo, em datas previamente agendadas no calendário anual da CUT.

§ 1º As reuniões da Direção Estadual podem ser adiadas ou prorrogadas pelo/a Secretário/a Geral, devendo seus membros ser notificados via e-mail e via postal, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

§ 2º O quorum mínimo para realização da reunião da Direção será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira chamada e de metade mais um dos membros em segunda chamada, que deverá ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira.

§ 3º As deliberações gerais da Direção Executiva serão tomadas pela decisão da maioria simples dos membros presentes.

Subseção III

Dos Congressos Nacionais.

Art. 44. São o congresso e a plenária nacional ou a Direção Nacional que convocam o congresso nacional e definem sua pauta e o cronograma de preparação.

§ 1º A plenária nacional antecedendo a realização do congresso nacional, deliberará sobre os critérios de eleição dos/as delegados/as.

§ 2º O edital de convocação do Congresso deverá constar nas resoluções da reunião que o convocou, as quais deverão ser enviadas por e-mail e por via postal para todas as entidades filiadas, até 10 (dez) dias antes de sua realização e também deverá ser fixado em sua sede no mesmo prazo.

§ 3º O quorum mínimo para instalação do Congresso em primeira chamada será de 2/3 (dois terços) dos/as delegados/as eleitos/as de acordo com os critérios estabelecidos na plenária nacional que anteceder ao Congresso. A segunda chamada será feita 1 (uma) hora após a primeira e o quorum para instalação do Congresso será de maioria simples, metade mais um dos delegados.

§ 4º As deliberações gerais do Congresso serão tomadas pela decisão da maioria simples dos/as delegados/as presentes, metade mais um.

§ 5º As alterações deste Estatuto são de competência do congresso nacional.

Art. 45. O congresso nacional será realizado a cada 4 (quatro) anos, podendo ser convocado extraordinariamente.

Art. 46. Participam do congresso nacional os/as delegados/as das entidades sindicais de base filiadas, as entidades nacionais orgânicas ou ramos de atividade econômica e as oposições sindicais reconhecidas pela CUT, de acordo com os critérios definidos pela plenária nacional antecedendo à realização do congresso.

§ 1º São delegados/as natos/as no congresso nacional os membros da Executiva da Direção Nacional.

§ 2º Os departamentos nacionais e as confederações nacionais orgânicas participam do congresso nacional da CUT com 3 (três) delegados/as, escolhidos/as em suas respectivas instâncias, direção ou conselho, não podendo haver dupla representação do ramo.

§ 3º Quando houver, no mesmo ramo de atividade, entidade nacional orgânica e filiada à CUT, a delegação do ramo de atividade poderá ser eleita por acordo homologado pela Executiva Nacional da CUT.

§ 4º À participação dos/as delegados/as nos Congressos e Plenárias da CUT, Estaduais e Nacionais, é obrigatório:

I - Que a entidade de base do/a delegado/a esteja quite pelo menos até 6 (seis) meses antes do início da respectiva atividade;

II - Que a atualização cadastral quanto ao número de sócios/as quites e aposentados/as seja efetuada pelo menos até 6 (seis) meses antes do início da respectiva atividade;

III - Que as atualizações cadastrais efetuadas, quando da eleição dos/as delegados/as aos Congressos e Plenárias da CUT, deverão permanecer inalteradas por pelo menos 6 (seis) meses após a realização da respectiva atividade; e

IV - Que sua entidade de base, quando possuir o registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, indique a CUT e suas instâncias orgânicas como suas representantes junto ao CNES (Cadastro Nacional de Entidades Sindicais) do MTE.

Art. 47. As delegações participantes deverão requerer sua inscrição à secretaria do congresso no prazo máximo de até 30 (trinta) dias que antecedem a sua realização.

Subseção IV

Da Direção Nacional, a Executiva da Direção Nacional e suas Atribuições

Art. 48. A eleição da Executiva da Direção Nacional, da Direção Nacional e do respectivo Conselho Fiscal será realizada no Congresso Nacional, de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto, tendo um mandato previsto de 4 (quatro) anos.

§ 1º A Direção Nacional será composta pela Executiva Nacional e mais 92 (noventa e dois) membros, representantes das Estaduais da CUT e da estrutura vertical nacional da CUT, cuja representação dar-se-á de acordo com o número de sindicalizados/as, conforme listagem divulgada pela Secretaria Geral Nacional no Congresso Nacional garantindo-se às Estaduais da CUT e da estrutura vertical nacional da CUT a mesma representação, 46 (quarenta e seis) membros. Cada instância terá, no mínimo, um/a representante.

§ 2º As Estaduais da CUT elegerão seus/suas representantes para a Direção Nacional na primeira reunião de sua Direção após o respectivo Congresso Estadual e anterior ao Congresso Nacional da CUT, respeitando a proporcionalidade e os critérios de gênero.

§ 3º Os Ramos elegerão seus/suas representantes para a Direção Nacional com o seguinte procedimento: os Ramos organizados em uma única instância nacional orgânica à CUT que represente o conjunto de suas categorias, elegerão seus/suas representantes em reunião do conselho da instância anterior ao Congresso Nacional da CUT, respeitando a proporcionalidade e os critérios de gênero; os Ramos que não estiverem organizados em uma única instância nacional orgânica à CUT elegerão seus/suas representantes em plenária a ser realizada durante o Congresso Nacional da CUT, com a participação do conjunto

dos delegados e das delegadas das respectivas entidades, respeitando a proporcionalidade e os critérios de gênero.

§ 4º A representação das instâncias horizontais e verticais na direção nacional é permanente, com o mandato previsto de 4 (quatro) anos.

§ 5º Nos casos de vacância a recomposição será feita pelo mesmo Estado ou Ramo e conforme o critério estabelecido pelo § 3º deste artigo.

§ 6º Os/as dirigentes que representam a CUT no secretariado da Confederação Sindical Internacional e na Confederação Sindical das Américas participam da Direção Nacional da CUT com direito a voz.

§ 7º É necessário criar mecanismos efetivos de inclusão de jovens em todas as instâncias da CUT. Assim, deve se estabelecer um limite máximo de cada dirigente da CUT Nacional e das Estaduais da CUT exercer no máximo 2 (dois) mandatos na mesma Secretaria.

Art. 49. Constituem atribuições da Direção Nacional:

I - garantir a aplicação da linha política e das resoluções da plenária e do congresso nacional;

II - aprovar políticas específicas para o período;

III - aprovar calendários de reuniões da Direção Nacional e da Executiva da Direção; e

IV - aprovar o balanço anual apresentado pela Secretaria de Administração e Finanças, tendo por base os pareceres apresentados pelo Conselho Fiscal e solicitando todo e qualquer esclarecimento necessário dos órgãos técnicos responsáveis, quando entender haver problemas com as contas da entidade.

Art. 50. Constituem atribuições da Executiva da Direção Nacional:

I - implementar a execução das políticas e resoluções aprovadas pela direção nacional, plenária e congresso nacional;

II - aprovar políticas específicas para o período compreendido entre uma reunião e outra da Direção Nacional, **ad referendum** desta última; e

III - dirigir e administrar os institutos e órgãos técnicos constituídos para assessorar e subsidiar a CUT, através dos/as dirigentes eleitos/as conforme os estatutos sociais dos referidos órgãos.

Art. 51. A Executiva Nacional da CUT será composta por 32 (trinta e dois) membros, eleitos no seu congresso nacional, para os seguintes cargos: presidente/a, vice-presidente/a, secretário/a geral e secretário/a geral adjunto/a, secretário/a de administração e finanças e secretário/a adjunto/a de administração e finanças, secretário/a de relações internacionais e secretário/a adjunto/a de relações internacionais, secretário/a de combate ao racismo, secretário/a de comunicação, secretário/a de formação sindical e secretário/a adjunto/a de formação sindical, secretário/a da juventude, secretário/a de meio ambiente, secretária/o da mulher trabalhadora, secretário/a de organização e política sindical e secretário/a adjunto/a de organização e po-

lítica sindical, secretário/a de políticas sociais, secretário/a de relações de trabalho e secretário/a adjunto/a de relações de trabalho e secretário/a de saúde do trabalhador e secretário/a adjunto/a de saúde do trabalhador e 10 (dez) diretores executivos.

Art. 52. São atribuições dos membros da Executiva da Direção Nacional da CUT:

I - compete ao/à presidente/a:

- a) assinar a convocatória do congresso nacional;
- b) presidir as reuniões da plenária, direção e executiva nacional;
- c) garantir o cumprimento dos objetivos e das decisões aprovadas pelos fóruns e instâncias superiores da CUT;
- d) assegurar que a atuação e a organização das instâncias e dos/as filiados/as da CUT se desenvolvam de acordo com os fundamentos e princípios deste Estatuto;
- e) representar legalmente a CUT em nível judicial ou administrativo;
- f) representar a CUT nacional e internacionalmente; e
- g) delegar poderes aos demais membros da Direção Nacional para representar e manifestar a posição da CUT.

II - compete ao/à vice-presidente/a assumir, na ausência do/a presidente/a, as funções deste/a.

III - compete ao/à secretário/a geral:

a) garantir a aplicação dos direitos, deveres e sanções aos/às filiados/as e o cumprimento do Estatuto da CUT;

b) organizar as reuniões da Executiva Nacional, da Direção Nacional, da plenária nacional e do congresso nacional;

c) encaminhar as resoluções das instâncias nacionais, acompanhar sua aplicação e organizar as atividades deliberadas;

d) elaborar planos gerais integrados e coordenar as atividades do conjunto das secretarias nacionais;

e) organizar e administrar o arquivo geral, as atas, documentos legais e agenda nacional da CUT;

f) acompanhar e integrar as Estaduais da CUT, Confederações e Federações; e

g) coordenar e orientar as secretarias gerais da CUT nos Estados e nas Confederações e Federações nacionais.

IV - compete ao/à secretário/a geral adjunto/a assumir, em conjunto com o/a secretário/a geral, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

V - compete ao/à secretário/a de administração e finanças:

a) garantir a aplicação da política de finanças e sustentação material de acordo com as normas deste Estatuto e as deliberações das instâncias nacionais;

b) organizar e administrar as finanças e o plano orçamentário da CUT Nacional;

c) administrar o patrimônio da CUT, sua sede nacional e a política de pessoal;

d) elaborar balancetes mensais e um balanço anual com o parecer do Conselho Fiscal para aprovação da Direção Nacional, ou a qualquer momento em que forem por estes solicitados;

e) coordenar e administrar financeiramente os convênios e projetos de cooperação estabelecidos através da Secretaria de Relações Internacionais nos âmbitos nacional e internacional; e

f) coordenar e orientar as secretarias de administração e finanças da CUT nos estados e nas Confederações e Federações nacionais.

VI - compete ao/à secretário/a adjunto/a de administração e finanças assumir, em conjunto com o/a de administração e finanças, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

VII - compete ao/à secretário/a de relações internacionais:

a) representar a CUT nas atividades e fóruns internacionais;

b) garantir a execução da política internacional da CUT, assegurando que suas relações com o movimento sindical internacional sejam regidas pelos princípios deste Estatuto e pelas definições das instâncias nacionais;

c) contribuir nas definições de políticas internacionais da CUT;

d) estabelecer e coordenar o desenvolvimento das relações com todas as entidades sindicais e organizações congêneres, em âmbito mundial, como interlocutor/a da Central;

e) coordenar e acompanhar o desenvolvimento de relações sindicais entre as Confederações e Federações nacionais da CUT com entidades congêneres e do mesmo ramo de atividade econômica de outros países;

f) coordenar o conjunto de ações comuns de solidariedade e intercâmbio com os/as trabalhadores/as de outros países;

g) garantir a troca de informações e divulgação dos fatos relativos à condição e à luta dos/as trabalhadores/as entre movimento sindical internacional e brasileiro, reciprocamente; e

h) organizar e acompanhar os convênios estabelecidos entre as instâncias da CUT e as centrais sindicais e instituições de outros países.

VIII - compete ao/à secretário/a adjunto/a de relações internacionais assumir, em conjunto com o/a secretário/a de relações internacionais, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

IX - compete ao/à Secretário/a de combate ao racismo:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas de combate ao racismo nos diversos setores de atuação da CUT;

b) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades dos movimentos sociais de combate ao racismo, dentro dos princípios definidos neste Estatuto;

c) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, em seu âmbito, para desenvolvimento das políticas de combate ao racismo, através da Secretaria de Relações Internacionais;

d) coordenar e orientar as secretarias de combate ao racismo da CUT e das Confederações e Federações nacionais; e

e) organizar os/as trabalhadores/as para intervirem no mundo do trabalho e sindical sobre as questões étnico-raciais, e promover campanhas para promoção da igualdade racial nos diversos âmbitos e esferas.

X - compete ao/à secretário/a de comunicação:

a) elaborar a linha de comunicação da CUT, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto, e coordenar sua implementação em âmbito nacional;

b) coordenar os órgãos de divulgação e editar as publicações e o material de imprensa da CUT Nacional;

c) preservar a imagem pública da CUT e a padronização dos símbolos que a identificam;

d) organizar a divulgação das posições e informações da CUT para os/as trabalhadores/as e o conjunto da sociedade;

e) estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa nacionais e estrangeiros; e

f) coordenar e orientar as secretarias de Comunicação da CUT nos estados e das Confederações e Federações nacionais.

XI - compete ao/à secretário/a de formação:

a) elaborar e desenvolver a política geral de formação, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto;

b) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de formação das entidades filiadas e instâncias da CUT, garantindo a linha de formação comum, de acordo com os princípios deste Estatuto;

c) documentar e analisar as experiências de luta e organização dos/as trabalhadores/as no país e os fatos relacionados à CUT, buscando a construção permanente de sua memória histórica;

d) estabelecer convênios com entidades sindicais, instituições acadêmicas e centros especializados para desenvolver a política de formação no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais; e

e) coordenar e orientar as secretarias de Formação Sindical da CUT nos estados e das Confederações e Federações nacionais.

XII - compete ao/à secretário/a adjunto/a de formação assumir, em conjunto com o/a secretário/a de formação, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

XIII - compete ao/à secretário/a da juventude:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção de jovens trabalhadores/as e da juventude, relativas ao trabalho, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos;

b) organizar os/as jovens trabalhadores/as para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida laboral da juventude;

c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades dos movimentos sociais juvenis, dentro dos princípios definidos neste Estatuto;

d) coordenar e orientar as secretarias da juventude nos Estados e das Confederações e Federações nacionais; e

e) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de juventude da CUT com entidades sindicais, institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

XIV - compete ao/à secretario/a de meio ambiente:

a) elaborar e coordenar as ações da CUT sobre o meio ambiente, articuladas com as demais secretarias, na direção do desenvolvimento sustentável, incluindo a dimensão social, econômica, ambiental e política;

b) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação a políticas para promoção das ações e políticas relacionadas ao meio ambiente e, encaminhá-los às instâncias da CUT;

c) coordenar e orientar as secretarias de Meio Ambiente nos Estados e das Confederações e Federações nacionais;

d) promover intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de meio ambiente da CUT com entidades sindicais e institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;

e) coordenar a elaboração e execução de campanhas para ampliação de direitos trabalhistas e sindicais na área ambiental dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias;

f) elaborar subsídios sobre as questões de meio ambiente para aprimorar os processos de negociação coletiva; e

g) elaborar, em conjunto com a Secretaria Nacional de Formação, programas de formação visando o aprofundamento da compreensão e da atuação na temática ambiental.

XV - compete à/ao secretária/o da mulher trabalhadora:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras, na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos; e

b) organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras.

XVI - compete ao/à secretário/a de organização e política sindical

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de organização e política sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT;

b) coordenar e orientar as secretarias de Organização e Política Sindical nos Estados e das Confederações e Federações nacionais;

c) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas sindicais da CUT com entidades sindicais e institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;

d) coordenar a elaboração da política geral de organização sindical dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias e às relações institucionais da central junto aos órgãos governamentais;

e) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação às questões de política de organização sindical e encaminhá-los às instâncias da CUT;

f) acompanhar e assessorar a criação, formalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, a organização das Confederações e Federações nacionais;

g) acompanhar e assessorar a organização e formalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, dos sindicatos e outras entidades de base nacional; e

h) coordenar o trabalho de ampliação da base de representação da CUT, especialmente, em oposições e eleições sindicais.

XVII - compete ao/à secretário/a adjunto/a de organização e política sindical assumir, em conjunto com o/a secretário/a de organização e política sindical, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

XVIII - compete ao/à secretário/a de políticas sociais:

a) elaborar e coordenar a implantação de políticas sociais da CUT, abarcando os setores de educação, criança e adolescente, habitação e solo urbano, alimentação, transportes, direitos humanos e movimentos sociais;

b) coordenar a execução das políticas sociais da CUT, em consonância com as demais secretarias e projeto político-sindical da CUT;

c) estabelecer e coordenar a relação da CUT com as organizações e entidades da sociedade civil, dentro dos princípios definidos neste Estatuto;

d) promover intercâmbio e estabelecer convênios com entidades sindicais e institutos especializados, para desenvolvimento das políticas sociais da CUT, no âmbito nacional e, no âmbito internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais; e

e) coordenar e orientar as secretarias de Políticas Sociais da CUT e das Confederações e Federações nacionais.

XIX - compete ao/à secretário/a de relações de trabalho:

a) elaborar e contribuir com estudos e projetos em relação a políticas para promoção da democratização das relações sociais de trabalho e encaminhá-los às instâncias da CUT;

b) coordenar e orientar as secretarias de Relações de Trabalho nos Estados e das Confederações e Federações nacionais;

c) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de democratização das relações de trabalho da CUT com entida-

des sindicais e institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais;

d) coordenar a elaboração e execução de campanhas para ampliação de direitos trabalhistas e sindicais dentro dos princípios e propostas da CUT e encaminhá-las às suas instâncias;

e) elaborar e coordenar os processos de negociação coletiva nacional, em conjunto com os ramos da CUT, como também desenvolver estudos e pesquisas para aprimoramento das reivindicações nacionais; e

f) coordenar e acompanhar os temas relacionados à promoção da democratização das relações sociais de trabalho nos espaços institucionais, nos seus respectivos âmbitos, e, em especial, no Congresso Nacional e Governo federal.

XX - compete ao/à secretário/a adjunto/a de relações de trabalho assumir, em conjunto com o/a secretário/a de relações de trabalho, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

XXI - compete ao/à secretário/a de saúde do trabalhador:

a) elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção da saúde do/a trabalhador/a, subsidiando as instâncias e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos;

b) articular nacionalmente a Política da CUT de Saúde do Trabalhador, assegurando sua implementação e organicidade no âmbito das instâncias da Central;

c) elaborar estratégia de ação sindical em defesa da saúde do/a trabalhador/a e encaminhá-las nas instâncias da CUT;

d) formular políticas e propostas de intervenção da CUT em fóruns e instâncias governamentais no que tange à relação saúde-trabalho e às ações em Saúde do Trabalhador nos âmbitos da Saúde, Trabalho e Previdência Social;

e) articular e Coordenar a participação dos/as representantes da CUT nos fóruns e instâncias governamentais que tratam das políticas e ações no campo da relação saúde-trabalho e das ações em saúde do/a trabalhador/a no âmbito da Saúde, Trabalho e Previdência Social;

f) coordenar e orientar as secretarias de Saúde do Trabalhador nos Estados e nas Confederações e Federações nacionais; e

g) promover o intercâmbio de experiências e estabelecer convênios de cooperação para o desenvolvimento das políticas de Saúde do Trabalhador da CUT com entidades sindicais e institutos especializados no âmbito nacional e internacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

XXII - compete ao/à secretário/a adjunto/a de saúde do trabalhador assumir, em conjunto com o/a secretário/a de saúde do trabalhador, as funções deste/a e substituí-lo/a em caso de ausência.

§ 1º além das funções inerentes à Executiva da Direção Nacional, compete aos/às diretores/as executivos/as desempenhar atribuições integradas aos diversos organismos da CUT, deliberadas nos planos gerais de ação e/ou em reuniões da Direção ou de sua Executiva.

§ 2º para efeito de cumprimento do artigo anterior, a Direção e sua Executiva da Direção deverão definir as tarefas e

atribuições dos/as diretores/as executivos/as concomitantemente, com aprovação dos planos de ação e de atividades.

Art. 53. A Direção Nacional da CUT se reunirá ordinariamente de 4 (quatro) em 4 (quatro) meses, podendo ser convocada extraordinariamente. A Executiva da Direção Nacional se reunirá ordinariamente a cada 2 (duas) semanas, podendo ser convocada extraordinariamente.

Parágrafo único. O quorum mínimo para realização da reunião da Direção Executiva será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira chamada e de metade mais um dos membros em segunda chamada, que deverá ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira. O quorum mínimo para realização da reunião da Executiva da Direção Nacional será de 2/3 (dois terços) dos seus membros em primeira chamada e de metade mais um dos membros em segunda chamada, que deverá ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira.

Subseção V

Das Plenárias

Art. 54. As plenárias nacionais e estaduais são órgãos de decisão da Central Única dos Trabalhadores que reúnem representantes de suas instâncias, desde as entidades sindicais filiadas até sua Direção Nacional.

§ 1º Compete às plenárias estadual e nacional:

a) garantir a aplicação da linha política e do plano de lutas aprovado pelos congressos regional, estadual e nacional, respectivamente, bem como aprovar políticas específicas no período compreendido entre um congresso e outro;

b) proceder a recomposição das direções das instâncias da CUT, horizontais e verticais, nos casos de vacância;

c) deliberar sobre alterações estatutárias, desde que com autorização aprovada para esse fim pelo Congresso Nacional anterior; e

d) deliberar sobre prorrogação de mandato das Direções Estaduais e Nacional da CUT.

§ 2º As plenárias serão realizadas entre os congressos e convocadas em cada âmbito pela direção das respectivas instâncias horizontais da CUT.

Plenária Nacional.

Art. 55. A Plenária Nacional é composta por:

I - membros da Direção Nacional;

II - delegados/as eleitos/as pelas plenárias estaduais e pelos conselhos dos ramos nacionais, obedecendo ao critério de proporcionalidade e de gênero estabelecido neste Estatuto, garantindo-se às CUT estaduais o dobro de representação da estrutura vertical. Cada instância terá no mínimo um/a representante;

Parágrafo único. Para a eleição de delegados e delegadas é obrigatório obedecer ao critério da cota de gênero em no mínimo 30% (trinta por cento), sendo vedada a substituição de um sexo pelo outro.

III - Compete à Direção Nacional, ao convocar a Plenária Nacional, definir o número de delegados/as, procurando garantir a relação entre o número de sindicalizados/as quites das entidades filiadas nos estados e nos ramos.

Plenária Estadual.

Art. 56. A Plenária Estadual é composta por:

I - delegados/as de cada sindicato filiado no estado, com base no número de sócios/as quites da entidade, cujo critério, estabelecido pela Direção Estadual, deve garantir a relação entre o número de sindicalizados/as quites das entidades filiadas do estado. Cada entidade filiada terá o mínimo de um/a delegado/a;

II - delegados/as dos sindicatos nacionais e interestaduais filiados a CUT, com base no número de sócios/as quites da entidade no estado e respectivo coeficiente determinado pela Direção Estadual;

III – 1 (um) a 5 (cinco) membros efetivos da direção eleita de cada CUT regional. A proporção para efeito de cálculo dos/as delegados/as de cada regional dar-se-á dividindo o número de sindicalizados/as quites da maior CUT regional de cada estado por 5 (cinco);

IV – 1 (um) a 5 (cinco) membros da Direção Executiva das Federações Estaduais da estrutura vertical da CUT, eleitos pelo mesmo critério do inciso anterior;

V - todos os membros da Direção Estadual;

VI - todos os membros da Direção Executiva das Confederações e Federações nacionais e interestaduais da estrutura vertical no estado-sede;

VII - todos os membros da Executiva Nacional da CUT do estado;

VIII - as oposições sindicais reconhecidas e acompanhadas pela Estadual da CUT poderão participar de acordo com os critérios estabelecidos neste Estatuto;

IX - as Federações estaduais e interestaduais filiadas poderão participar das plenárias estaduais com até 3 (três) delegados/as das suas diretorias, eleitos/as nos respectivos conselhos. No caso das Federações interestaduais, o conselho da federação decidirá sobre a divisão da sua delegação e em quais plenárias participará, nunca ultrapassando o máximo de 3 (três) delegados/as. A cópia da ata de reunião da eleição global da delegação deve ser obrigatória no ato da inscrição da respectiva plenária estadual; e

X - a participação das entidades nacionais se dá através de delegados/as das entidades de base, respeitando os critérios anteriores.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS INSTÂNCIAS

ORGANIZATIVAS E DELIBERATIVAS

Seção I

Das Eleições

Art. 57. As eleições de todos/as os/as dirigentes de todas as Confederações, Federações estaduais, interestaduais e nacional, das Estaduais e da CUT Nacional cumprirão, rigorosamente, os seguintes critérios:

I - cada chapa apresentará à mesa, por escrito, os nomes dos componentes da respectiva chapa, contendo o número total de membros exigidos para compor a direção das diversas instâncias;

II - só serão aceitos os nomes de delegados/as inscritos/as para o respectivo congresso;

III - não poderá ocorrer repetição de nomes nas diversas chapas apresentadas;

IV - quando houver repetição de nome, cabe ao indicado, e só a ele, optar pela inscrição em uma única chapa;

V - quando houver duas chapas concorrentes e o número de votos de cada uma for rigorosamente igual ao da outra, configurando um empate, proceder-se-á, imediatamente, à nova votação e, caso persista o empate, a decisão será feita por sorteio. Havendo mais de duas chapas em disputa e ocorrendo o empate, proceder-se-á, imediatamente, à decisão por sorteio;

VI - todas as chapas inscritas para as direções estaduais e a direção nacional da CUT, devem ter obrigatoriamente 50% de homens e 50% de mulheres. As chapas que não preencherem esse requisito não poderão ser inscritas e concorrer à eleição. Na composição das direções e executivas estaduais e na direção nacional e executiva da CUT deve obrigatoriamente ser cumprido o princípio da paridade de gênero, ou seja, 50% (cinquenta por cento) de homens e 50% (cinquenta por cento) de mulheres. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada.

VII - As chapas inscritas para as direções verticais (federações e confederações) devem ter, obrigatoriamente, no mínimo, 30% (trinta por cento) de um dos sexos. As chapas que não preencherem esse requisito não poderão ser inscritas e concorrer à eleição. Na composição das direções e executivas verticais (federações e ramos) deve obrigatoriamente ser cumprida a cota de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de um dos sexos. A direção que não cumprir esse requisito não poderá ser empossada; e

VIII - só poderão ocupar os cargos de Secretários/as de Juventude delegados/as com idade máxima de 35 anos na data da eleição.

Parágrafo único. Deve ser cumprido o estatuto da CUT sobre cotas de gênero em atividades de formação, de representação e delegação.

Art. 58. A Direção, sua Executiva e o Conselho Fiscal da CUT Estadual e Nacional, assim como a Executiva, o Conselho Diretivo e o Conselho Fiscal da Confederação e Federação estadual, interestadual e nacional serão constituídos proporcionalmente ao número de votos obtidos pela chapa no respectivo congresso, seguindo rigorosamente os seguintes critérios:

I - quando houver duas chapas, só participará dessa proporcionalidade a chapa que obtiver pelo menos 20% (vinte por cento) dos votos no seu respectivo congresso;

II - quando houver mais de duas chapas, só participarão dessa proporcionalidade as chapas que obtiverem pelo menos 10% (dez por cento) dos votos no respectivo congresso;

III - ainda, quando houver mais de duas chapas, a soma dos votos das chapas minoritárias deverá atingir no mínimo 20% (vinte por cento) do total dos votos computados no referido congresso, para que essas chapas possam participar da composição da Executiva da Direção, da Direção, assim como do Conselho Fiscal;

IV - para efeito da proporcionalidade, serão computados somente os votos obtidos por todas as chapas que obtiveram as cotas mínimas estabelecidas nesse Estatuto, com aproximação de 3 (três) decimais e não se computando os votos nulos e brancos;

V - os cargos serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos, sendo que:

a) a parte inteira estará garantida às chapas mais votadas;

b) os cargos restantes serão distribuídos pelo critério do decimal maior, na ordem decrescente e enquanto houver cargos para serem preenchidos;

c) uma chapa que obtiver um número igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) dos votos não poderá ficar com menos da metade dos cargos;

d) quando a diferença entre o número de cargos relativos às duas chapas mais próximas do empate for de apenas uma unidade inteira do número, e a chapa mais votada entre elas estiver ameaçada de perder sua maioria (empate no número de cargos) pelo critério do decimal maior, esta deverá ficar com o cargo em disputa, desde que a diferença entre as porcentagens das duas seja igual ou superior a 30% (trinta por cento);

e) esse critério será aplicado também para a distribuição dos cargos suplentes;

f) todas as chapas da estrutura horizontal têm responsabilidade pelo cumprimento da paridade de gênero, nos termos do presente Estatuto; e

g) todas as chapas da estrutura vertical têm responsabilidade pelo cumprimento da quota de gênero, nos termos do presente Estatuto.

VI - a chapa mais votada poderá escolher e preencher, de uma só vez, todos os cargos a que tem direito na Executiva da Direção, na ordem da suplência, assim como no Conselho Fiscal. A segunda mais votada poderá, igualmente, escolher e preencher os cargos disponíveis, e assim sucessivamente;

VII - as chapas poderão preencher os cargos, conforme inciso anterior deste artigo, com os nomes indicados pela chapa, independente da ordem de inscrição.

Seção II

Dos Conselhos Fiscais

Subseção I

Da Constituição

Art. 59. Os órgãos diretivos de todas as instâncias organizativas da CUT terão suas atividades financeiras acompanhadas e fiscalizadas por conselhos fiscais instituídos nos termos deste Estatuto.

Art. 60. Os conselhos fiscais de cada instância da CUT serão constituídos por 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes, aplicando o princípio da paridade de gênero.

Parágrafo único. O cargo de conselheiro/a fiscal é incompatível com o de dirigente de qualquer das instâncias organizativas da CUT.

Subseção II

Das Atribuições

Art. 61. Constituem atribuições, direitos e deveres dos/as conselheiros/as fiscais, dentre outros inerentes ao exercício de sua atividade:

I - ter acesso a todas as informações contábeis;

II - zelar pela correta aplicação e investimento do patrimônio móvel, imóvel e financeiro da entidade, no âmbito de competências de sua respectiva instância, exercendo atividade permanentemente fiscalizadora e orientadora, sem, contudo, imiscuir-se na esfera de competência administrativa da respectiva Direção;

III - ter, a seu dispor, todas as informações possíveis de que necessite para o desempenho de suas funções;

IV - solicitar balancetes da Secretaria de Administração e Finanças sempre que entender necessário para detalhamento das contas da instituição;

V - ter garantido o direito e a obrigação de reunir-se com os/as dirigentes responsáveis por assuntos financeiros e patrimoniais e seus/suas respectivos/as assessores/as;

VI - formular pareceres sempre que houver obrigação estatutária ou deliberativa de prestação de contas ou previsões orçamentárias da respectiva instância organizativa; e

VII - formular pareceres sobre os balancetes mensais e o balanço anual apresentado pela Secretaria de Administração e Finanças.

Seção III

Da Estabilidade no Emprego dos Dirigentes e Conselheiros

Art. 62. Nos exatos termos do disposto no art. 8º, inciso VIII da Constituição Federal, é vedada a dispensa do/a emprega-

do/a sindicalizado/a a partir do registro da candidatura a cargo de Direção ou de representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As ausências no trabalho, motivadas pelo exercício da atividade sindical, serão consideradas justificadas e computadas como efetivamente trabalhadas para todos os fins e efeitos legais.

Seção IV

Da Vacância e da Suplência

Art. 63. Na ausência temporária de membros das direções e executivas das instâncias da CUT, horizontais e verticais, a convocação obedecerá os seguintes critérios:

I - nos casos de ausência temporária de membros da Executiva Nacional da CUT, das Estaduais e da Direção Nacional da CUT, estas instâncias decidirão sobre a escolha do substituto; e

II - nos casos de ausência temporária de membros das Confederações e Federações serão convocados/as os/as suplentes, mantendo sempre que aritmeticamente possível, a proporcionalidade de gênero.

Parágrafo único. A composição proporcional emanada do respectivo congresso deve ser respeitada, desde que atendido o requisito de gênero.

Art. 64. Na ausência definitiva de um ou mais membros das direções e executivas das instâncias da CUT, horizontais e ver-

tais, caracterizando-se a vacância, a convocação de um ou mais membros substitutos obedecerá os seguintes critérios:

I - nos casos de ausência definitiva de membros da Executiva Nacional da CUT, das Estaduais e da Direção Nacional da CUT, será feita a recomposição com a substituição pelo mesmo estado ou ramo; e

II - nos casos de ausência definitiva de membros das Confederações e Federações serão convocados/as os/as suplentes, mantendo sempre que aritmeticamente possível, a proporcionalidade de gênero.

§ 1º A composição proporcional emanada do respectivo congresso deve ser respeitada desde que atendido o requisito de gênero.

§ 2º Procede-se à eleição nas plenárias estatutariamente previstas, do/s cargo/s em substituição, com a finalidade de recomposição da direção, podendo-se efetuar todos os remanejamentos necessários. O mesmo se aplica aos Conselhos Fiscais.

Seção V

Da Representação

Art. 65. O/a dirigente que for membro de mais de uma instância de direção da CUT terá direito a um único voto sempre que houver coincidência de representação em qualquer instância deliberativa da CUT, e esse/a dirigente não poderá indicar nenhum/a substituto/a para qualquer dos cargos acumulados no período em que seu voto for solicitado.

Art. 66. É vedada a participação nos congressos da CUT de toda delegação em que fique configurada dupla representação.

Art. 67. Não serão credenciados/as para seminários, plenárias, cursos, oficinas e direção nacional a delegação da instância orgânica à CUT (Estaduais da CUT, Confederações, Federações Nacionais, Federações Interestaduais e Estaduais), enquanto ficar configurado o descumprimento do requisito de gênero.

Art. 68. A representação e o estabelecimento de relações internacionais da CUT são atribuições exclusivas da Executiva da Direção Nacional, através da Secretaria de Relações Internacionais.

Parágrafo único. As instâncias verticais poderão representar e estabelecer relações sindicais no seu âmbito, junto a entidades congêneres e do mesmo ramo de atividade de outros países, bem como filiar-se a organismos sindicais de âmbito internacional, respeitada a orientação aprovada no congresso Nacional.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO

Art. 69. Constituem patrimônio da CUT:

I - receita resultante das contribuições das entidades filiadas;

II - os bens móveis e imóveis;

III - os títulos de crédito que a ela pertençam ou venham a pertencer;

IV - os legados, doações e concessões feitas em caráter permanente;

V - juros sobre aplicações financeiras;

VI - venda de publicações de própria autoria;

VII - taxas e inscrições de seminários, congressos, plenárias e Direção Nacional;

VIII. contribuições e resultados de contratações ou patrocínios financeiros, em bens de serviços ou materiais; de pessoas jurídicas e físicas, públicas, nacionais ou estrangeiras;

IX - subvenções, contratações, parcerias ou convênios que lhe sejam destinados pelos Poderes Públicos Municipal, Estadual ou Federal; assim como, entidades nacionais e estrangeiras; e

X - rendas originárias de seus bens.

Art. 70. Em caso de dissolução, aprovada em congresso, o patrimônio da CUT será revertido para entidade congênere, conforme deliberação congressual, que não tenha vínculo ou dependência com o Estado e que atue em defesa dos interesses dos/as trabalhadores/as.

Art. 71. Todas as entidades sindicais filiadas à CUT contribuirão com 10% (dez por cento) de sua receita bruta anual para a sustentação financeira da Central Única dos Trabalhadores.

Art. 72. Cabe à CUT Nacional recolher a contribuição de cada entidade sindical filiada e distribuí-la na seguinte forma:

I - 4,0% para as Estaduais da CUT;

II - 3,8% para as Confederações e Federações Nacionais e Entidades e nacionais filiadas;

III - 2,2% para a CUT Nacional.

Parágrafo único. O repasse de recursos às Regionais é de responsabilidade das Estaduais da CUT.

Art. 73. Cabe à Direção Nacional da CUT regulamentar todos os mecanismos que garantam a administração patrimonial, financeira e de pessoal, bem como arrecadação e distribuição de recursos através das diversas instâncias da Central Única dos Trabalhadores.

Art. 74. As direções das diversas instâncias da CUT poderão promover campanhas financeiras em suas respectivas áreas de abrangência.

TÍTULO VI

VIGÊNCIA E DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.

Art. 75. Na vigência da atual legislação sindical, podem ainda filiar-se à CUT as Confederações e Federações oficiais estaduais, interestaduais e nacionais, desde que cumpridas as exigências deste Estatuto.

Parágrafo único. É permitida a filiação de sindicatos não-filiados à CUT, diretamente às Confederações e Federações Nacionais, em caráter transitório, sem representação nas estruturas horizontais.

São Paulo, 12 de dezembro de 2014.

Vagner Freitas de Moraes
Presidente

Mário de Souza Filho
OAB/SP nº 65315



Rua Caetano Pinto, nº 575

Brás • São Paulo/SP

CEP 03041-000

Fone: (0xx11) 2108-9200

Fax (0xx11) 2108-9310

www.cut.org.br

